Jornal do Professor

Adufg SINDICATO

PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS DOCENTES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DE GOIÁS – ANO X– Nº 76 – ABRIL DE 2022

@adufgsindicato

NOVAS INSTALAÇÕES

Páginas 8 e 9

INSALUBRIDADE

MOROSIDADE NA EMISSÃO DOS LAUDOS COLOCA SERVIDORES EM RISCO

Página 6

SEM NEGOCIAÇÃO

GOVERNO FEDERAL SE RECUSA A REPOR PERDAS SALARIAIS DE SERVIDORES

Página 7

QUALIDADE DE VIDA

ESTUDO DA UFJ ANALISA O SEDENTARISMO DURANTE A PANDEMIA

Página 10

TRAJETÓRIA

ANA PAULA KIPNIS FALA DO APOIO FAMILIAR NA CONSTRUÇÃO DE SUA CARREIRA

Página 16

Prestação de contas

Agosto de 2021

1	**Arrecadação, Rendimentos Financeiros e Outros**	
1.1	Contribuição Filiados - Mensalidades	382.890,75
Ingressos, Eventos e Festas		0,00
1.3	Receita com Pró Labore Seguro de Vida	1.455,83
1.4	Receitas Financeiras	20.266,91
1.5	Outras Receitas	23.641,35
1.6	Resgate de aplicações financeiras	968.097,07
1.6.1	IRRF/IOF sobre Resgate de aplicações financeiras (-)	8.002,05
Total R$		**1.388.349,86**

2	**Custos e Despesas Operacionais**	
2.1	Despesas com Pessoal	
2.1.1	Salários e Ordenados	15.122,28
2.1.2	Encargos Sociais	43.207,85
2.1.3	Seguro de Vida	469,94
2.1.4	Outras Despesas com Pessoal	766,25
2.1.5	Ginástica Laboral	649,00
2.1.6	Férias, 13º salário e Rescisões	1.480,37
2.1.7	PIS s/ Folha de Pagto.	1.197,64
Total R$		**62,893,33**

2.2	**Serviços Prestados por Terceiros**	
2.2.1	Cessão de Uso de Software	2.455,68
2.2.2	Despesas com Correios	350,59
2.2.3	Energia Elétrica	5.239,16
2.2.4	Honorários Advocatícios	10.573,86
2.2.5	Honorários Contábeis	4.320,00
2.2.6	Locação de Equipamentos	0,00
2.2.7	Serviços Gráficos	17.145,00
2.2.8	Honorários de Auditoria	0,00
2.2.9	Tarifas Telefônicas e Internet	4.063,66
2.2.10	Hospedagem/manutenção/layout do site	419,90
2.2.11	Vigilância e Segurança	521,83
2.2.12	Comunicação/Rádio/TV/Jornal	300,00
2.2.13	Serviços de Informática	2.865,97
2.2.14	Outros Serviços de Terceiros	0,00
2.2.15	Água e Esgoto	2.021,36
Total R$		**50.277,01**

2.3	**Despesas Gerais**	
2.3.1	Combustíveis e Lubrificantes	3.911,90
2.3.2	Despesas com Táxi	28,99
2.3.3	Despesas com Coral	3.020,29
2.3.4	Despesas com Grupo Travessia	537,25
2.3.5	Diárias de Viagens	4.578,65
2.3.6	Tarifas Bancárias	931,36
2.3.7	Lanches e Refeições	928,86
2.3.8	Quintart	0,00
2.3.9	Patrocínios e Doações	10.997,21
2.3.10	Manutenção de Veículos	545,00
2.3.11	Festa do Professor	0,00
2.3.12	Festa Final de Ano	0,00
2.3.13	Passagens Aéreas e Terrestres	0,00
2.3.14	Gêneros de Alimentação e Copa	2.189,46
2.3.15	Despesas com manutenção Sede Campestre	9.105,70
2.3.16	Hospedagens Hotéis	300,00
2.3.17	Material de expediente	780,00
2.3.18	Outras despesas diversas	3.341,11
2.3.19	Manutenção e Conservação	1.863,09
2.3.20	Homenagens e Condecorações	280,00
2.3.21	Despesas com Sede Adm. Jataí	2.249,12
2.3.22	Despesas com Sede Adm. Catalão	2.785,39
2.3.22	Despesas com cursos para aposentados	0,00
2.3.23	Cópias e autenticações	0,00
2.3.24	Sabadart/Festa do Professor Jataí	0,00
2.3.25	Evento "Mais Sindicato" - Catalão	0,00
2.3.26	Despesas com Manifestações	12.950,00
2.3.27	Encontro Nacional PROIFES-FEDERAÇÃO	0,00
2.3.28	Despesas com Espaço Saúde	704,08
2.3.29	Despesas com atividades do Espaço Cultural	0,00
2.3.30	Despesas com processos jurídicos	0,00
Total R$		**62.027,46**

2.4	**Despesas Tributárias**	
2.4.1	IR sobre Folha de Pagto/Férias/Rescisões	6.456,05
2.4.2	Outras Despesas Tributárias	3.958,47
Total R$		**10.414,52**

2.5	**Repasse Fundo Social e Contribuições**	
2.5.1	Repasse para C/C Fundo Social	0,00
2.5.2	CUT - Central Única dos Trabalhadores	0,00
2.5.3	Proifes Federação	27.347,11
Total R$		**27.347,11**

Total Geral dos Custos e Despesas Operacionais R$		**212.959,43**
3	**Resultado do exercício 02.2020 (1-2)**	**1.175.390,43**

4	**Atividades de Investimentos**	
4.1	Imobilizado	
4.1.1	Construções e Edificações	924.214,25
4.1.2	Máquinas e Equipamentos	0,00
4.1.3	Veículos	0,00
4.1.4	Móveis e Utensílios	0,00
4.1.5	Computadores e Periféricos	0,00
4.1.6	Outras Imobilizações	0,00
Total R$		**924.214,25**
4.2	**Intangível**	
4.2.1	Programas de Computador	2.976,00
4.2.2	Investimentos com Marcas e Patentes	0,00
Total R$		2.976,00

4.3	**Aplicações Financeiras**	
4.3.1	Aplicação	80,00
Total R$		**80,00**

Total Geral dos Investimentos R$		**927.270,25**
5	**Resultado Geral do exercício 02.2020 (3-4)**	**248.120.18**

Os valores contidos nestes relatórios estão por Regime de Caixa. Regime de caixa é o regime contábil que apropria as receitas e despesas no período de seu recebimento ou pagamento, respectivamente, independentemente do momento em que são realizadas.

EDITORIAL

SINDICATO VIVO E ATUANTE

Diante de um governo que tem perseguido cada vez mais os serviços públicos e que considera os servidores como inimigos, em especial, os que são ligados à educação, torna-se cada vez mais necessário fazer com que o movimento sindical seja cada vez mais forte. Neste sentido, nas próximas semanas, o Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Goiás (Adufg-Sindicato) deve inaugurar, oficialmente, sua nova sede.

Não há a menor dúvida que o prédio, que possui quase 3,5 mil metros quadrados de área construída vai garantir condições ainda melhores para que a entidade atue na defesa dos direitos dos docentes.

A nova sede, que integra o patrimônio material e imaterial importantíssimo que foi conquistado pela entidade, mostra que o movimento sindical está atuante. A edição 76 do Jornal do Professor apresenta, em sua reportagem de capa, mais detalhes sobre as novas instalações, que, com certeza, mostram que o movimento sindical está vivo e cada vez mais forte.

A publicação também traz uma reportagem especial sobre a questão dos problemas relacionados ao pagamento do adicional de insalubridade nas três universidades federais localizadas em Goiás e a luta do Adufg-Sindicato para solucioná-los de forma definitiva. Afinal, trata-se de um direito constitucional que assegura aos trabalhadores, de forma geral, melhores condições de trabalho para evitar danos à saúde.

O jornal conta, ainda, com matérias que retratam ações lideradas pelos professores em benefício da comunidade acadêmica, além de assuntos de interesse de toda a sociedade. Também estão disponíveis notícias sobre o trabalho do Adufg na defesa dos direitos e dos serviços públicos.

Boa leitura!

Redação: (62) 3202-1280

jornaldoprofessor.adufg@gmail.com

Adufg SINDICATO
PROIFES FEDERAÇÃO
CUT GOIÁS CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

19ª Diretoria Executiva
Sindicato dos Docentes das
Universidades Federais de Goiás

Flávio Alves da Silva
Diretor Presidente

Walmirton Tadeu D' Alessandro
Diretor Vice-Presidente
e de Comunicação

João Batista de Deus
Diretor Administrativo

Geovana Reis
Diretora de Assuntos Educacionais,
de Carreira e do Magistério Superior

Fernando Pereira dos Santos
Diretor Financeiro

Ana Christina de Andrade Kratz
Diretora de Convênios e de
Assuntos Jurídicos

Abraão Garcia Gomes
Diretor de Assuntos de
Aposentadoria e Pensão

Luis Antônio Serrão Contim
Diretor para Assuntos Interinstitucionais

Jornal do Professor

PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS
DOCENTES DAS UNIVERSIDADES
FEDERAIS DE GOIÁS

ANO X – Nº 76

ABRIL DE 2022

Professor Juarez Ferraz de Maia
Idealizador do projeto

Cleomar Nogueira
Projeto gráfico original

Rafael Vaz
Editor responsável

Luciana Porto (JP 3175 GO)
Reportagem

Vinicius Braga (JP 3219 GO)
Reportagem

Revisão: Hélio Furtado do Amaral

Fotografias: Erik Ely

Diagramação: Raphael Dourado

Data de fechamento: 19/04/2022

Tiragem: 2500 exemplares

Impressão: Stylo Gráfica

jornaldoprofessor.adufg@gmail.com

9ª Avenida, 193, Leste Vila Nova -
Goiânia - Goiás - (62) 3202-1280

Acompanhe nossas redes sociais:
@adufgsindicato

www.adufg.org.br

André Barcellos

Lênin Tomazett

Maria das Graças Monteiro Castro

EM DEBATE AS TABELAS DE PONTUAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE – O CHÃO DA FÁBRICA.

Há aproximadamente vinte anos, os ventos e as vozes das reformas neoliberais foram sentidos e ouvidos em um Conselho Diretor de uma unidade acadêmica. Era feita a apresentação e a discussão sobre a minuta da Resolução n° 01/2001 do Conselho Universitário que trata da "Definição de atividades para contabilização anual de pontos". Nessa ocasião, em que se discutia não só as questões operacionais mas também os princípios e os fundamentos da minuta, foi dita a seguinte frase: "melhor isso do que nada". Ora vejamos, como esse isso impactou o trabalho docente vinte anos depois.

Se revogava a resolução anterior nº 358, de 1993, do Conselho Coordenador de Ensino e Pesquisa que conferia autonomia aos departamentos para a avaliação dos professores, permitindo que cada unidade acadêmica decidisse coletivamente os critérios, resguardando-se as especificidades e as características dos trabalhos acadêmicos: "Art. 3º – Cada Departamento deverá elaborar os critérios e normas de avaliação para progressão horizontal bem como propor modificações, submetendo-as ao Conselho Departamental para aprovação, com exposição de motivos, justificando-os".

Hoje vivemos sob a égide dos mesmos princípios neoliberais, a Resolução nº 18/2017 do Consuni, "que se faz necessária a uniformização de normas e critérios para a avaliação em relação a estágio probatório, progressão funcional, promoção, aceleração da promoção, (...)", nos desvela que a tensão entre a heterogeneidade do trabalho docente e a homogeneidade dos instrumentos de avaliação foi equacionada em favor da padronização e da uniformização das normas e dos critérios avaliativos, centrados exclusivamente na avaliação dos "produtos" dos docentes de forma individualizada. O incômodo das pessoas responsáveis pelas comissões de avaliação na UFG é real. Se aparentemente o trabalho dessas comissões foi reduzido a preencher tabelas prontas, quantificando e não discutindo a qualidade do trabalho realizado, não é só aparente, é real.

A essência de nossa sociedade mercantil é que o próprio trabalho, individual e coletivo, é tomado como independente das suas próprias condições, pois, de fato, assim o é. Tanto objetiva como subjetivamente, a abstração do trabalho humano que se objetiva nos produtos, sejam eles acadêmicos ou não, tomam a forma de relação entre as coisas, entre produtos. É apenas por meio da abstração das pessoas que trabalham e da abstração das especificidades dos seus trabalhos, que se pode comparar, mensurar, igualar e quantificar sob uma única régua, a régua do tempo de trabalho. No nosso caso, os produtos e as pessoas são contabilizadas segundo o seu maior ou menor valor no mercado acadêmico. A educação superior, limita a sua própria autonomia universitária, entre outros, porque traz para o Ethos acadêmico práticas e concepções homogeneizadoras de qualidade, de avaliação, de eficiência e de produtividade. É sintomático que exista uma pró-reitoria de gestão de pessoas, pois nela se encarna a combinação da individualização com a regulação e a competição para eliminar entraves burocráticos, aumentar a eficiência e a produtividade, precarizar o trabalho e reduzir custos.

Passados vinte anos, devemos refletir sobre os impactos das tabelas de produtividade, sobre o valor do nosso trabalho, tais reflexões devem enfrentar os sistemas de avaliação da produção acadêmica, empenhadas no "ranqueamento" entre as áreas do conhecimento, as posições de centro e periferia no interior das unidades acadêmicas, que estendem sob a lógica do produtivismo, a precarização, a intensificação e a competição aos docentes em suas unidades.

O tema do produtivismo acadêmico tem sido estudado no Brasil e no mundo por diferentes docentes, a literatura acadêmica é vasta. Sabemos, a partir dela, que o ideário produtivista torna-se indissociável da racionalidade mercantil, pois ambos estão envolvidos com o processo de transformação do trabalho acadêmico e de seus atores. Não se trata de adesão, não há escolha à internalização da racionalidade do produtivismo, do modelo instrumentalizado de apreciação e produção do conhecimento e reduz essa apreciação da atividade acadêmica aos seus produtos. De tal sorte que a crítica ao produtivismo também se tornou uma banalidade, um lugar comum, uma queixa ressentida que parece ser de todos, que não nos leva a lugar nenhum, a roda continua girando e triturando sem sair do lugar.

> "Mas como as tabelas de produtividade como instrumento da meritocracia, da uniformização, do controle, da regulação e da hierarquização, impactam a nossa experiência acadêmica e converte o ethos acadêmico em hierarquização de produtos mensuráveis?"

Não é incompreensível que muitos docentes críticos as reformas neoliberais do atual governo, especificamente críticos à reforma administrativa da PEC 32 se identificam com o produtivismo acadêmico, como visto acima no "ou é isso ou é nada", e defendem as tabelas de produtividade, a régua uniformizante do tempo de trabalho, e se conformam com a realidade, apesar da crítica. Do outro lado, nada diferente se poderia esperar dos críticos à essa crítica, os conformistas, mas mesmo desses ainda podemos esperar a reflexão. Os inimigos da universidade pública e democrática também estão dentro dela.

A pedra angular de qualquer instituição educativa/formativa é a qualidade da avaliação, a razão para melhorar o trabalho. Estabelecer critérios indicadores de qualidade constitui o maior e mais importante problema da avaliação, ainda mais quando se trata da avaliação do trabalho docente, caracterizado como um trabalho diferenciado de outros na medida em que envolve um alto grau de subjetividade, não se tem uma medida absoluta daquilo em que resulta. Esses critérios devem considerar os processos, não apenas os produtos, descolados do agir formativo/educativo, e que estavam implicitamente presentes na Resolução de 1993. Não se trata de adesão. A inculcação da racionalização burocrática formal, dos critérios de rendimento, da produtividade e da eficácia, bem como a confiança nos critérios quantitativos para exprimir realidades qualitativas, expressa a interiorização das premissas neoliberais, definindo-se o critério de qualidade à revelia das diferenças e tornando-as desigualdades mediante o "ranqueamento" e a hierarquização. Para uma reflexão mais acurada sobre essas questões vide artigos publicados, no Boletim Goiano de Geografia: https://www.revistas.ufg.br/bgg/article/view/70204 e no site "a terra é redonda": https://aterraeredonda.com.br/afinal-o-artigo-cientifico-e-uma-mercadoria/.

**André Barcellos Carlos de Souza – FE/NEPPEC; Lênin Tomazett Garcia – FEFD/NEPPEC; Maria das Graças Monteiro Castro – FIC/NEPPEC*
NEPPEC – Núcleo de Estudos e Pesquisas em Psicologia, Educação e Cultura
Faculdade de Educação – Universidade Federal de Goiás

O conteúdo dos artigos expressa a opinião dos autores

*Angelita Pereira de Lima

UFG, UMA UNIVERSIDADE COMPROMETIDA COM A SOCIEDADE GOIANA

O compromisso da Universidade Federal de Goiás com o desenvolvimento econômico e social do nosso Estado, por meio do ensino, da pesquisa, da inovação e da extensão, pode ser verificado nas mais diversas áreas. Somos uma instituição que compreende mais de 30 mil estudantes de graduação, especialização, mestrado, doutorado e, também, da educação básica. O quadro de servidores é formado por 2.098 professores, sendo mais de 80% destes doutores e por 2.249 técnicos administrativos, incluindo os colaboradores terceirizados. Com isso, somamos uma comunidade de cerca de 35 mil pessoas.

Crescimento quantitativo e qualitativo

Em 2021 a UFG publicou 1.634 artigos científicos em periódicos internacionais indexados no Web of Science. Vale ressaltar que essa produção aumentou de forma intensa e contínua nos anos recentes até chegar a esse patamar. Para se ter ideia dessa curva de crescimento, em 2001, foram 93 artigos, em 2011, 819, e, como citado, em 2021, 1.634. Considerando outras bases de referência bibliográfica, incluindo as nacionais, o total produzido em 2021 foi de 3.508 artigos. Além destes, foram publicados 402 livros e 1.279 capítulos de livros. Quanto aos projetos de pesquisa, em 2021, havia 2.918 em andamento.

Se a produção científica cresceu, também tivemos avanço consistente nas atividades de ensino, na graduação e na pós-graduação. Na edição 2021 do Guia da Faculdade, do jornal O Estado de S. Paulo e da plataforma Quero Educação, todos os 77 cursos de graduação da UFG analisados foram bem avaliados – 9 obtiveram o conceito 5 estrelas (excelente), 55 foram classificados como 4 estrelas (muito bom) e 13 obtiveram 3 estrelas (bom). Na pós-graduação, também crescemos em quantidade e qualidade. Na avaliação quadrienal de 2017 da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), a UFG ficou na 15ª posição, em número de programas de pós-graduação ofertados, entre todas as universidades brasileiras. Além disso, o número de programas com conceitos 4 e 5, ou seja, na faixa superior da avaliação, passou de 41 para 48, possuindo também um programa em nível de excelência, com nota 7. A Universidade ainda integra em posição de destaque diversos rankings internacionais conceituados. No Times Higher Education World University Ranking 2022, por exemplo, a UFG ficou em 18° lugar entre as melhores universidades brasileiras.

Pesquisa e saúde

A Universidade dispõe hoje de mais de 250 laboratórios ou centros de pesquisa. Para citar um trabalho relevante dos pesquisadores de cada laboratório, precisaríamos de várias páginas. Mas vamos pincelar alguns fatos de destaque. O LabTime produz grande parte do conteúdo de EAD (Educação a Distância) do Ministério da Educação, já há alguns anos. O CRTI, um centro de pesquisa tecnológica e de inovação multiusuário e multidisciplinar, atende a pesquisadores de mais de 40 instituições de ensino e pesquisa e a 357 empresas de todas as regiões do Brasil, de vários setores de atividades.

O CPA (Centro de Pesquisa em Alimentos) é referência regional e nacional em controle de qualidade microbiológica e físico-química de alimentos e três de seus laboratórios são credenciados pelo Ministério da Agricultura. A UFG também conquistou notoriedade em Inteligência Artificial (IA). O Centro de Excelência em IA (CEIA/UFG), uma referência nacional, criado em parceria com a Fapeg (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás), é uma unidade Embrapii (Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial) e assinou contratos de pesquisa e desenvolvimento com várias empresas, somando mais de R$ 26 milhões no período 2020/2021.

> “Tudo isso é apenas um recorte do que a UFG realiza pela sociedade. Esta Universidade estará sempre aberta a todas as pessoas.”

Há ainda outras áreas de relevância nacional e internacional em pesquisa na UFG – nos institutos de Química, Física, Ciências Biológicas, na Nutrição, na Educação Física, nas Engenharias, nas Ciências Humanas, Artes, Letras, nas Ciências Agrárias, nas Ciências da Saúde... Impossível citar tudo. Mas temos de destacar também o que a UFG faz pela saúde pública em Goiás. No novo prédio do Hospital das Clínicas (HC), foram abertos 100 leitos exclusivos para pacientes com Covid-19 em 2021, antes mesmo da inauguração do edifício. O novo HC foi inaugurado em dezembro passado e conta com 20 andares, instalações de alto padrão, 100% SUS, capacidade para 600 leitos de internação e 76 de UTI. O novo HC é um dos maiores hospitais universitários do Brasil – sem dúvida, uma conquista da sociedade goiana.

Empreendedorismo e inovação

Ressalto, por fim, as ações da Universidade Federal de Goiás de estímulo à formação complementar, integração, criatividade, ao espírito inovador e ao empreendedorismo dos nossos estudantes. Temos o Programa de Educação Tutorial (PET), em que alunos de graduação, sob a orientação de um tutor, realizam atividades extracurriculares que complementam a formação acadêmica – alunos e tutores recebem poio financeiro de acordo com a Política Nacional de Iniciação Científica. Os estágios obrigatórios e não-obrigatórios colocam os estudantes em contato com a sua realidade profissional. As atléticas acadêmicas realizam importantes ações de integração, incluindo campeonatos esportivos e ações sociais. Outro programa de destaque é o de Empresas Juniores, o UFG Júnior, voltado ao apoio das 23 empresas juniores (EJs), que abrangem 40 dos 102 cursos de graduação da universidade. Nos últimos anos, a instituição ainda organizou hackathons (maratonas de programação) para o desenvolvimento de soluções inovadoras voltadas ao ensino e à gestão em educação no âmbito da UFG e para a saúde pública. E anualmente é realizada a Olimpíada de Empreendedorismo Universitário, com as categorias de negócio inovador e de impacto socioambiental.

Outra estrutura da UFG que destaco é o Parque Tecnológico Samambaia (PTS). Nele está instalada uma das unidades do Centro de Empreendedorismo e Incubação (CEI-UFG) – a outra está localizada no Câmpus Colemar Natal e Silva no Setor Universitário. No CEI estão incubadas 10 empresas de base tecnológica – outras 31 já foram graduadas. O Parque abriga também três empresas residentes, selecionadas por edital público; uma das unidades da Rede IPElab, que reúne laboratórios de prototipagem; o Centro de Pesquisas LIFE – Laboratórios Integrados para Inovação em Ciências Farmacêuticas; o CRTI; e a Funape (Fundação de Apoio à Pesquisa), entre outras estruturas de apoio à pesquisa, à inovação e ao empreendedorismo. Estruturas que atendem a diversas empresas, a pesquisadores, empreendedores iniciantes e instituições públicas e privadas.

** Angelita Pereira de Lima é reitora da Universidade Federal de Goiás*

O conteúdo dos artigos expressa a opinião dos autores

RESPINGOS

Notícias do movimento docente, da vida na UFG
e de questões jurídicas sobre o magistério superior

Por João de Deus

Escândalo (mais um) no MEC

Apesar da falta de recursos para terminar mais de três mil escolas, o Ministério da Educação autorizou a construção de outras duas mil unidades. Na prática, não há recursos previstos no orçamento, o que deve aumentar o estoque de escolas não entregues pelo governo e esqueletos de obras inacabadas. O esquema de "escolas fakes" tem como base o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), controlado pelo ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, por meio de um apadrinhado. O fundo precisaria ter R$ 5,9 bilhões para tocar todas as novas escolas contratadas. Com o orçamento atual, levaria 51 anos para isso.

Vergonha

Dois deputados federais goianos aparecem "brilhando" no esquema. José Mário Schreiner (MDB) disse, no Instagram, que conseguiu R$ 6,93 milhões para construir uma escola rural no interior de Morrinhos. Mas, na verdade, o governo liberou apenas R$ 30 mil e não há previsão orçamentária de que o restante do valor sairá. O deputado Professor Alcides (PL), por sua vez, apresentou uma sugestão insólita: começar uma obra do zero, ou seja, aconselhando prefeitos para que busquem novas obras. Com isso, ele poderia se apresentar como autor do projeto.

Investigação

Falando em escândalo e em políticos de Goiás, dos três senadores que representam o Estado, dois são contra a instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar as denúncias de corrupção que envolvem pastores lobistas no MEC: Vanderlan Cardoso (PSD) e Luiz do Carmo (PSC). Os dois são aliados do presidente Jair Bolsonaro. Jorge Kajuru (Podemos) assinou o requerimento apresentado pelo senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP).

Escassez de recursos

Saúde, Educação e Meio Ambiente passaram por um processo de "desfinanciamento" de políticas públicas, interrompidas ou prejudicadas pela escassez de recursos federais nos três anos da gestão Bolsonaro. É o que mostra o estudo "A Conta do Desmonte – Balanço Geral do Orçamento da União", divulgado pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), com dados colhidos em fevereiro de 2022.

Esclarecimentos

O Tribunal de Contas da União (TCU) terá que instalar um processo de auditoria para verificar se os cortes no orçamento de universidades, realizados pelo MEC, eram realmente necessários. A auditoria é uma solicitação do Senado Federal, aprovada pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização, Controle e Defesa do Consumidor. O TCU deverá apontar detalhes como os critérios para a distribuição de recursos, os mecanismos de governança para a tomada de decisões e a identificação das autoridades responsáveis pela execução orçamentária.

Inexplicável

O governo do presidente Jair Bolsonaro destinou R$ 26 milhões de recursos do MEC para a compra de kits de robótica para escolas de pequenas cidades de Alagoas que sofrem com uma série de deficiências de infraestrutura básica, como falta de salas de aula, de computadores, de internet e até de água encanada. Todos os municípios têm contratos com uma mesma empresa de aliados do presidente da Câmara Federal, Arthur Lira (PP).

Superfaturamento

Cada kit foi adquirido pelas prefeituras por R$ 14 mil. O valor é muito superior ao praticado no mercado e ao de produtos de ponta de nível internacional.

RÁPIDAS

Polarização
As pré-candidaturas de políticos que querem se apresentar como "terceira via" na disputa pela Presidência da República ainda não decolaram.

Baixo desempenho
Ciro Gomes (PDT), João Doria (PSDB) e Simone Tebet (MDB) aparecem com números pífios nas pesquisas de intenção de votos.

Cenário
Todos os levantamentos apontam Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Jair Bolsonaro no segundo turno.

Foto: Pedro Ladeira / Folhapress

Escola Municipal Almirante Benjamin Sodré, na zona rural de Canapi (AL), receberá kit de robótica, mas não tem água encanada e mistura alunos de séries diferentes

Foto: Erik Ely

Representantes do Adufg-Sindicato e da Proifes-Federação participaram da jornada de lutas do Fonasefe, em Brasília, em defesa da reposição emergencial de 19,99% para todos os servidores públicos

Foto: Erik Ely

O professor Alberto José Centeno, um dos fundadores do ICB-UFG, recebeu o título de professor emérito da instituição

INSALUBRIDADE: DESCASO E MOROSIDADE COLOCAM EM RISCO A VIDA DE SERVIDORES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS GOIANAS

JUNTAS, UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, JATAÍ E CATALÃO ESTÃO PENDENTES EM 353 LAUDOS PARA O PAGAMENTO DE INSALUBRIDADE OU PERICULOSIDADE PARA OS SERVIDORES

Foto: Erik Ely

Servidor Arides Antônio de Farias revela que há 30 anos as estantes do Almoxarifado do Instituto de Química, onde são armazenados produtos altamente perigosos, não são trocadas

Luciana Porto e Vinicius Braga

A garantia do adicional de insalubridade ou periculosidade para os docentes que têm direito ao recebimento é uma das prioridades da atual gestão do Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Goiás (Adufg-Sindicato). A entidade tem realizado um trabalho intenso em todas as universidades federais goianas para que esse direito seja concedido, ou revisado, a quem precisa. Trata-se de um direito constitucional que assegura aos trabalhadores, de forma geral, melhores condições de trabalho para evitar condições danosas à saúde. Na prática, funciona como diretriz das relações de trabalho e tem fundamento na dignidade da pessoa humana.

No almoxarifado do Instituto de Química da Universidade Federal de Goiás (IQ/UFG), por exemplo, as condições são precárias. As estantes possuem pelo menos três décadas e ameaçam desabar a qualquer momento. O local é apenas um entre as dezenas de departamentos da instituição que flertam com o perigo e colocam em risco a vida e a saúde de servidores. Atualmente, 1.504 servidores da universidade recebem o adicional de insalubridade, e outros 228 aguardam a emissão morosa do laudo.

Diante das constantes reivindicações do Adufg-Sindicato, a reitora da Universidade Federal de Goiás (UFG), Angelita Pereira de Lima, esclareceu ao Jornal do Professor que a instituição fez um termo de cessão temporária com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) para a contratação de um engenheiro de segurança do trabalho que atuará na emissão de laudos relacionados à insalubridade.

Segundo a reitora, a segurança e a saúde do servidor público da UFG estão na pauta de prioridades da atual gestão, que começou no dia 11 de janeiro. Em relação à insalubridade, ela aponta que dois aspectos devem ser levados em conta: o primeiro diz respeito aos ambientes considerados insalubres e o segundo sobre o exercício da profissão nesses locais.

"A precarização dos espaços físicos da instituição aumentou em razão dos cortes orçamentários. Precisamos recompor o orçamento da UFG para reparar os danos que o sucateamento e a falta de manutenção provocaram. Quanto ao exercício da profissão em ambientes que expõem os servidores a algum risco, é necessário haver uma abordagem técnica, séria, realizada por um profissional devidamente capacitado. Por isso, a UFG dá um passo importante neste sentido com a chegada deste engenheiro de segurança do trabalho", diz Angelita.

A reitora explica que ele iniciou suas atividades na instituição no dia 4 de abril e explica que, neste primeiro momento, está trabalhando no processo de capacitação e requalificação da equipe para estabelecer um cronograma que atenda a dinâmica da universidade. "É preciso definir prioridades em relação às avaliações que serão realizadas. Para isso, dependemos de um cronograma baseado no diagnóstico da equipe. É justamente isso que está sendo feito neste momento".

O profissional mencionado pela reitora é Marcelo Amorim, que assume a Diretoria de Atenção à Saúde do Servidor (DASS), órgão vinculado à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas da UFG, cujo objetivo principal é coordenar e integrar ações e programas nas áreas de assistência à saúde, promoção, prevenção e acompanhamento da saúde dos servidores.

De acordo com ele, as avaliações na UFG seguirão a Instrução Normativa nº 15, instituída recentemente pelo Ministério da Economia. Ela estabelece orientações sobre a concessão dos adicionais de insalubridade, periculosidade, irradiação ionizante e gratificação por trabalhos com raios-x ou substâncias radioativas.

"Essa instrução normativa traz alguns pontos técnicos que precisamos olhar de forma mais crítica para o servidor. Nós queremos uma melhor qualidade de vida no ambiente laboral. Estamos trabalhando nas equipes de promoção da saúde e de vigilância aos ambientes de trabalho, buscando melhorias. É importante deixar claro que o direito será dado ao servidor que fizer jus ao direito. Vamos trabalhar nessa linha, maximizando a saúde e a segurança dos servidores da UFG", pontua Amorim.

UFJ e UFCAT

Na Universidade Federal de Catalão (UFCAT), quatro servidores recebem o adicional de periculosidade, 42 insalubridade e 65 aguardam a emissão dos laudos. O problema é que não há previsão para que esses documentos e análises sejam liberados, uma vez que a instituição não conta com um departamento próprio especializado em segurança e medicina do trabalho. A situação se arrasta há pelo menos cinco anos na UFCAT.

Em entrevista ao Jornal do Professor, a reitora Roselma Lucchese afirmou que a contratação externa de um profissional especializado para a emissão dos laudos não foi bem avaliado pela procuradoria, o que impediu dar celeridade ao processo. "É uma questão que nos acompanha historicamente. Mesmo enquanto regional da UFG, tínhamos vários servidores dependentes dos laudos para que pudéssemos cumprir com o direito dos trabalhadores", disse.

O debate teve início durante reunião realizada entre a reitoria e representantes do Adufg-Sindicato e o Sindicato dos Trabalhadores Técnico-Administrativos em Educação das Instituições Federais de Ensino Superior do Estado de Goiás (Sint-Ifesgo), quando ficou definido que a UFCAT contrataria uma engenheira de segurança do trabalho para fazer as avaliações necessárias para a garantia do adicional.

O trabalho teria início neste mês, priorizando os servidores que ainda não recebem o direito e, em seguida, aqueles que precisam de revisão. De acordo com Roselma, a UFCAT acaba de firmar uma parceria com o Instituo Federal Goiano (IFG), que cedeu uma profissional de engenharia do trabalho para atuar na emissão dos laudos. "Estamos resolvendo a questão passo a passo. Iniciamos as avaliações agora e não temos previsão para finalizar, pois a demanda é alta."

A realidade está longe de ser diferente na Universidade Federal de Jataí (UFJ). Na verdade, talvez a situação esteja um pouco pior, uma vez que o reitor da instituição, Américo Nunes da Silveira Neto, revelou que não foi possível realizar a mesma parceria da UFCAT com o IFG. Atualmente, a UFJ conta com 145 servidores federais que recebem o adicional de insalubridade e outros 60 aguardando a morosidade do processo para terem o que lhe é direito.

O Adufg-Sindicato e o Sinti-Ifes também se reuniram com os dirigentes da universidades em busca de solução para o problema que se arrasta desde antes mesmo da emancipação da UFJ. "Solicitamos ao procurador federal permissão para contratação de uma empresa terceirizada, com dispensa de licitação, para realizar essa análise e emissão de laudos. Temos esperança de que seja autorizada a contratação, mas dependemos desse parecer para dar andamento aos processos", enfatizou o reitor.

GOVERNO BOLSONARO SE NEGA A CONCEDER REAJUSTE A SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS

SERVIDORES AMARGAM HÁ PELO MENOS CINCO ANOS SEM REPOSIÇÃO E PERDA SALARIAL PODE CHEGAR A 50% PARA ALGUMAS CATEGORIAS

Foto: Portal 360

Servidores federais manifestaram em Brasília diversas vezes pelos seus direitos. Governo sinalizou apenas 5% de reajuste para a categoria

Luciana Porto

A maioria dos servidores públicos federais sofre com o congelamento salarial desde 2017. Ainda há aqueles que acumulam perdas desde 2014, com acordos que não foram honrados por governos anteriores ao de Bolsonaro. Em todos os casos o que se vê é uma queda profunda no poder aquisitivo, que pode ultrapassar os 28,15%. Em campanha pela reposição emergencial de 19,99%, a categoria encontrou o Ministério da Economia com as portas fechadas para negociação. O percentual reivindicado corresponde as perdas salariais acumuladas nos três anos do governo de Jair Bolsonaro, que escolheu os servidores públicos como inimigos e tem tentado promover o desmonte dos serviços oferecidos à população. Já são mais de cinco anos sem reajuste e as remunerações têm sofrido cada vez mais defasagem. Em 2021, por exemplo, a inflação fechou a 10,06%, acima do teto da meta e no maior nível dos últimos seis anos.

O coordenador do Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe) e professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), Carlos David Lobão, explica que o cálculo dos 19,99% vêm do acúmulo dos percentuais que não foram reajustados desde o governo Dilma Rousseff. Apesar disso, a maior perda salarial dos servidores públicos aconteceu nos três anos do governo Bolsonaro. "Nesse período nenhum servidor civil teve reajuste, todos tiveram seus salários congelados. Quando nós realizamos um estudo sobre a inflação do mesmo intervalo de tempo chegamos nesse mesmo cálculo de 19,99%. Sabemos que esse quantitativo não recupera as perdas de todo mundo, sabemos que existem trabalhadores com perdas salariais acima de 50%, se pegarmos como referência o último reajuste do governo Lula", pontua Lobão.

Entretanto, em reunião realizada no dia 1º de abril com representantes da categoria, o governo Bolsonaro-Guedes voltou a enfatizar que não haverá negociação. A alegação é a de que o poder público não tem em caixa o valor necessário para conceder reajuste salarial aos servidores de todas as esferas federais. A afirmação pode ser rebatida com o argumento de que Jair Bolsonaro cogitou conceder reajuste a um setor que representa apenas 45 mil funcionários, uma base de aliados para uma possível reeleição.

Educação à deriva

Se para os servidores públicos federais em geral as perdas já são descomunais, para os docentes a situação pode ser ainda pior. Presidente da Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico Técnico e Tecnológico (Proifes-Federação), Nilton Brandão diz que a carreira docente teve um pico salarial em 2015 e, depois disso, não houve qualquer recomposição das perdas inflacionárias. "Ano a ano, até chegar a março de 2022, na ponta do lápis nós docentes temos uma perda salarial de 34%. Essa defasagem é de uma ordem que está se tornando insustentável, isso porque não teremos reajuste agora e só poderemos voltar a discutir o assunto em 2024. Ou seja, as perdas salariais vão ultrapassar os 40%, a nossa luta é muito maior. Bolsonaro passa pela história do Brasil como o governo que tratou o servidor público como maior inimigo", critica.

Brandão ilustra, ainda, que a Proifes-Federação tem promovido estudos dos cálculos e orçamento para a reposição emergencial dos servidores, sobretudo dos docentes. "Entendemos que quando acumula essas perdas a longo tempo é difícil realizar a recomposição de uma única vez. Porém, o que não pode ocorrer é o governo simplesmente ignorar os servidores e não dialogar, como tem sido praticado. Bolsonaro armou uma farsa para o servidor público ao promover uma reunião para negociação com o segundo escalão e somente avisar que não haverá reajuste"

Outro ponto abordado por Brandão é que, além da questão salarial, a educação no Brasil padece com a falta de investimentos. "Para nós, da Proifes, é claro que o salário é essencial, porque ele faz parte da qualidade de vida do servidor. Mas, a educação tem outras pautas que são tão importantes quanto a questão salarial. Nós apresentamos uma lista com 15 itens a ser negociado e a reposição salarial é apenas uma delas. Ainda entramos com a questão da autonomia universitária, orçamento para ciência e tecnologia, falta de investimento nas entidades de fomento à pesquisa e parques tecnológicos. É fundamental trabalhar isso tudo, assim como a questão da reposição salarial."

NOVA SEDE DO ADUFG-SINDICATO: FORTALECIMENTO DA LUTA, BEM-ESTAR E FUNCIONALIDADE

COM QUASE 3,5 MIL METROS QUADRADOS, INSTALAÇÕES IRÃO IMPULSIONAR AS DEMANDAS POLÍTICAS, SINDICAIS E CULTURAIS DA ENTIDADE

Foto: Erik Ely / Adufg

"As novas instalações mostram que o movimento sindical está vivo. Comprovam que, com uma boa gestão, conseguimos fazer muito", diz presidente da entidade, professor Flávio Alves da Silva

Vinícius Braga

Mais que conforto, bem-estar e funcionalidade, a nova sede administrativa do Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Goiás (Adufg-Sindicato) garantirá mais eficiência no atendimento aos docentes e melhores condições para a defesa dos direitos da categoria e dos serviços públicos como um todo. Com quase 3,5 mil metros quadrados, o amplo espaço impulsionará ainda mais as demandas políticas, sindicais e culturais da entidade.

"As novas instalações mostram que o movimento sindical está vivo. Comprovam que, com uma boa gestão, conseguimos fazer muito. Isso motiva, cada vez mais, o Adufg a desempenhar suas atividades em defesa da categoria e da sociedade em geral", destaca o presidente da entidade, professor Flávio Alves da Silva.

Além da área para as atividades administrativas do sindicato, a nova sede conta com uma excelente estrutura para eventos, como salão para recepções, anfiteatro/auditório e salas de apoio para atividades culturais. "Nosso auditório contará com 180 lugares, projetado para receber eventos e atividades de uma forma geral. Incentivar a cultura também é uma preocupação da entidade e, por isso, damos uma atenção especial a ela", acrescenta o presidente.

Segundo ele, a obra é resultado do uso adequado e respeito à contribuição dos sindicalizados. E complementa: "Hoje, nós temos um dos melhores sindicatos do Brasil, não apenas em instalações, mas também em administração e na oferta de serviços. Temos ótimos planos de saúde e odontológico, assistência jurídica, Espaços de Cultura, Lazer e Saúde. Enfim, um sindicato que, além da luta pela carreira e pelos direitos dos docentes, proporciona uma excelente qualidade de serviços".

No jardim da nova sede, a professora Ana Kratz, diretora de convênios e assuntos jurídicos do Adufg-Sindicato, olha de forma orgulhosa para a estrutura que foi construída e faz uma lembrança. "É emocionante lembrar da nossa trajetória e perceber onde estamos. Começamos em um pequeno espaço na Faculdade de Educação, embaixo da escada. Depois, viemos para uma casa no Setor Vila Nova, fomos crescendo e, hoje, estamos diante desta sede magnífica".

O diretor administrativo da entidade, professor João Batista de Deus, reforça as palavras da professora Ana e considera a nova sede um marco para o sindicato. "Ela possibilitará inúmeras atividades, aproximando os professores e professoras da entidade. Essa aproximação é muito importante para fortalecer o sindicato junto à sua base para que esta atenda ao chamamento para a luta quando necessário. Além disso, será um espaço para a luta sindical e progressista de toda Goiânia e do Estado de Goiás, estando a serviço de todos os avanços da sociedade goianiense, tanto do movimento sindical, como também de outros movimentos sociais e populares".

Para a diretora de Assuntos Educacionais, de Carreira e do Magistério Superior, professora Geovana Reis, é motivo de orgulho fazer parte da gestão que construiu as novas instalações. "O espaço trouxe conforto para os sindicalizados que frequentam a entidade, além de possibilitar melhores condições para a realização das atividades de luta da categoria. Sem dúvidas, a nova sede potencializa a realização da ação política, de lazer e saúde dos docentes e também de entidades sindicais parceiras".

A fachada da sede impressiona a todos que passam pela 9ª Avenida, seja pelas cores vibrantes ou pelo painel de arte pública feito pelo artista visual Rubin. Ele conseguiu captar a ideia do sindicato e, em seu trabalho, ilustrou professores engajados na luta, demonstrando a força do movimento sindical. "É uma honra realizar minha arte na sede do Adufg. A luta dos professores por mais reconhecimento é um assunto recorrente ao longo dos tempos. A arte feita retrata essa conquista. Com união, suor, disciplina e disposição podemos realizar grandes coisas e a fachada da nova sede é uma prova disso. É essa classe que tanto luta, mostrando para todos que, mesmo sendo difícil e árduo, os frutos dos esforços valem a pena", diz o artista.

Visitas

A nova sede recebeu diversas visitas, entre políticos, membros da reitoria, diretores de unidades acadêmicas da UFG, representantes de movimentos sociais e entidades sindicais. Em comum, todos elogiaram a funcionalidade do espaço e ressaltaram a importância dele para o fortalecimento da luta sindical.

A reitora da UFG, professora Angelita Pereira de Lima, esteve entre os presentes: "Quero parabenizar a direção do Adufg por essa conquista destinada a todos os professores. Fortalecer a estrutura sindical é importante para a defesa da categoria e da educação pública de qualidade".

A diretora de Inclusão da UFG, professora Luciana de Oliveira Dias, por sua vez, ressaltou o papel do sindicato nas conquistas da categoria. "Sem dúvidas, estamos diante de uma grande estrutura que vai dar ainda mais força às ações realizadas pela categoria. O Adufg é um aliado dos docentes e tem conquistado os mais diversos direitos para os professores".

Quem também destacou a força da entidade em defesa da categoria foi a assessora especial do Gabinete da Reitoria, professora Sandramara Matias Chaves. "O sindicato tem papel fundamental na luta pelos servidores públicos, especialmente os professores. É importante que tenhamos uma entidade forte que lute em nossa defesa".

Também conheceu a sede a presidente da Central Única dos Trabalhadores no Estado de Goiás (CUT Goiás), Bia de Lima. Ela parabenizou a diretoria pela nova sede, apontada por ela como "fantástica, moderna e econômica". A construção, acrescentou, deve servir de modelo para outras entidades. "A estrutura fortalecerá o movimento sindical para que possamos continuar nossa missão. A CUT Goiás parabeniza o Adufg e estamos de braços abertos para, juntos, travarmos lutas que revertam cada vez mais em conquistas".

O coordenador do Fórum Goiano em Defesa dos Direitos, da Democracia e Soberania, João Pires Júnior, ressaltou a luta da categoria e em defesa do serviço público. Eu, como técnico administrativo da UFG e dirigente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, estou orgulhoso de poder participar deste momento. Todo patrimônio da classe trabalhadora é muito bem-vindo. Todo patrimônio que contribua para a organização da classe trabalhadora é importante para nossa luta no cotidiano", pontuou.

Além deles, acompanhou a visita Fernando Mota, coordenador-geral do Sindicato dos Trabalhadores Técnicos-Administrativos em Educação das Instituições Federais de Ensino Superior do Estado de Goiás (SINT-IFESgo). "Gostaria de parabenizar a atual gestão do Adufg por ter aplicado muito bem os recursos da categoria neste espaço. Tudo está muito bonito e organizado. Sem dúvidas, a nossa luta ficará ainda mais incisiva tendo essa estrutura como apoio".

O professor aposentado Enoch José da Mata foi diretor financeiro na década de 90 por duas gestões e ficou impressionado com a estrutura a ser entregue. "Eu me recordo quando o Adufg funcionava na Faculdade de Educação, há muitos anos. Hoje, ver essa nova sede é motivo de orgulho, pois recordo da nossa trajetória até chegarmos aqui. Esse espaço veio para fortalecer a nossa luta e continuarmos atuando em defesa dos docentes", diz.

Esteve presente também o professor Romualdo Pessoa, que já foi presidente do Adufg. "Ficamos muito satisfeitos com o que foi entregue. Nós precisamos mesmo de uma boa estrutura como essa para atender as nossas demandas. No auditório, por exemplo, poderemos desenvolver diversas atividades, aproximando ainda mais os sindicalizados. Isso é resultado do trabalho competente da atual diretoria e das passadas, já que possibilitam esse caminho".

Entre os políticos, esteve presente o deputado federal Rubens Otoni. "Com essa nova sede, a diretoria do Adufg-Sindicato oferece aos profissionais ligados à entidade melhores condições para o desenvolvimento de suas atividades. Isso é muito importante nos dias de hoje, em um momento no qual os professores estão sendo marginalizados e prejudicados nos seus direitos. Por isso, a entidade se faz tão necessária, já que cumpre o seu papel de lutar pelos direitos dos docentes. Sem dúvidas, é um exemplo a ser seguido por outras categorias", elogiou o parlamentar.

Na ocasião, o presidente do Adufg se mostrou honrado pela visita. "Um representante bastante compromissado com a educação. Ele foi fundamental para a criação das duas novas universidades federais de Goiás, em Jataí e Catalão, as quais o sindicato também representa. Além disso, Otoni sempre esteve ligado ao movimento sindical e aos movimentos sociais, sendo um grande exemplo. Então, em nome de toda diretoria, agradecemos a sua presença e estamos à disposição sempre", disse o professor Flávio.

A deputada estadual Adriana Accorsi também conheceu o local e, na visita, enfatizou que a diretoria do Adufg é combativa, atuante e pensa no bem da educação do Brasil. "É uma alegria imensa poder presenciar a entrega desse patrimônio belíssimo para todos os professores das universidades federais localizadas em Goiás. Com certeza, é um patrimônio para toda a comunidade".

ESTUDO DA UFJ ANALISA OS IMPACTOS DA PANDEMIA NA SAÚDE DA COMUNIDADE ACADÊMICA

REALIZADA EM TRÊS FASES, PESQUISA É LONGITUDINAL E PROSPECTIVA, OU SEJA, SÃO AVALIADOS O ANTES, O DURANTE E O DEPOIS DO ISOLAMENTO SOCIAL

Foto: Arquivo pessoal

Professor David Oliveira, do curso de Educação Física da UFJ, é um dos responsáveis pelo estudo

Foto: Andres Ayrton

Confinamento levou à diminuição da prática de exercícios físicos e ao aumento da massa corporal

Vinícius Braga

Um estudo realizado pela Universidade Federal de Jataí (UFJ) analisou a associação do isolamento social com o nível de atividade física e o comportamento sedentário na comunidade universitária em tempos pandêmicos. Iniciada no começo da pandemia e chegando a sua fase final, a pesquisa evidencia o quanto o confinamento pode interferir nos indicadores de saúde, levando à diminuição da prática de exercícios físicos e ao aumento do Índice de Massa Corporal (IMC).

Um dos pesquisadores responsáveis pelo estudo, intitulado "Estilo de vida da população universitária submetida a quarentena causada pelo covid-19: estudo prospectivo", é o professor David Oliveira, do curso de Educação Física da UFJ. "A partir do momento em que entramos no processo de confinamento de forma inesperada, começamos a nos preocupar como isso poderia interferir no nosso estilo de vida. Surgiram várias dúvidas relacionadas ao aspecto nutricional, ansiedade, a prática de atividades físicas, entre outros. Nós, como pesquisadores, tínhamos acesso à comunidade acadêmica e, então, começamos a nos perguntar de que maneira poderíamos mensurar o impacto do isolamento nesta população e dentro daquela realidade", diz.

Ele acrescenta que o estudo é longitudinal e prospectivo, ou seja, são avaliados o antes, o durante e o depois do isolamento social. "Neste sentido, temos resultados do pico do isolamento social (primeira fase), da flexibilização do isolamento social (segunda fase) e, por último, da influência das atividades remotas nos indicadores de saúde da comunidade acadêmica".

A pesquisa foi realizada por meio de questionários enviados virtualmente, capazes de avaliar as características socioeconômicas, os hábitos de vida, a composição corporal autorrelatada , o nível de atividade física e o comportamento sedentário dos participantes.

Resultados

Na primeira etapa, a coleta perdurou de maio a junho de 2020, com a participação de 194 acadêmicos (discentes, docentes e técnicos). Foi no pico da pandemia, com medidas severas de isolamento social. Os resultados apontaram: aumento do IMC e da inatividade física. Os participantes não conseguiram atingir os valores mínimos de prática de atividades físicas determinados por diretrizes internacionais, que são 150 minutos por semana.

Outro fator importante apontado por David Oliveira é em relação ao tempo de tela durante a semana. Resultados demonstraram o tempo estimado em 8,5 horas por dia, "o que pode trazer impactos na saúde mental, visual e na concentração" de acordo com artigos das respectivas áreas.

A segunda fase, com 258 voluntários, foi realizada de fevereiro a maio de 2021, em um período marcado por decretos que permitiam a flexibilização do isolamento social. Notou-se o aumento significativo da massa corporal, quando comparado à primeira fase do estudo. Porém, essa população conseguiu se manter ativa, com a diminuição da inatividade física. A maioria conseguiu alcançar os 150 minutos de prática semanal, com regularidade superior a três vezes por semana, preconizado por diretrizes internacionais.

Na terceira fase, de acordo com o professor, a grande pergunta era: "De que forma as atividades remotas irão impactar em indicadores de saúde da população universitária?". A fase foi encerrada recentemente e os resultados ainda são preliminares. A submissão está prevista para agosto deste ano.

Nesta etapa, foram entrevistadas 128 pessoas, sendo que a maior parte da amostra são de estudantes dos cursos da área da saúde. "O que podemos extrair desta fase é que a maioria não adaptou-se às atividades remotas de ensino. Porém, outras atividades, como orientação e eventos científicos, foram aceitas razoavelmente pelos voluntários", diz.

Importância

Depois de dois anos de pesquisa, David Oliveira avalia que os resultados são importantes em vários aspectos. "Inicialmente, notamos que o estudo poderia contribuir no processo de enfrentamento à pandemia e reduzir outras pandemias paralelas, como a obesidade e sedentarismo. A partir do momento em que identificamos os fatores que comprometem a saúde da comunidade acadêmica, podemos pensar institucionalmente e propor políticas internas no sentido de melhorar indicadores de saúde, independentemente do período pandêmico".

O maior desafio no contexto da grave crise sanitária enfrentada pela sociedade atual, acrescenta o professor, está sendo lidar com as fake news. "É um absurdo o que estamos vivendo. Temos percebido o sucateamento da inteligência humana. Nós, pesquisadores, somos subestimados e desrespeitados a todo momento por questões políticas. Porém, continuo otimista. Creio que as próximas gerações virão com outra mente, com um nível de compreensão e visão de mundo mais ampliados. Muita coisa está sendo desconstruída no atual momento e vamos continuar lutando pela ciência, tecnologia e educação pública", finaliza.

SE APROVADO, PROJETO DE LEI PODE AUMENTAR USO DE AGROTÓXICOS NO BRASIL

CONHECIDO COMO "PL DO VENENO", NOVA LEGISLAÇÃO DEVE REDUZIR A FISCALIZAÇÃO DO USO DOS DEFENSIVOS E FLEXIBILIZAR A APROVAÇÃO DE NOVOS PRODUTOS, INCLUINDO PESTICIDAS DE USO PROIBIDO EM OUTROS PAÍSES

Luciana Porto

Foto: Erik Ely

Docente e pesquisadora do Instituto de Ciências Biológicas, Daniela Melo critica aprovação do Projeto de Lei

O Brasil ocupa um lugar de protagonismo internacional na produção de alimentos e é considerado uma das maiores potências do setor agropecuário. Contudo, o País também assume posição de destaque no ranking das nações que mais utilizam agrotóxicos em todo o planeta. Recentemente, a Fundação Heinrich Böll (de Berlim), em cooperação com a filial alemã do grupo ambientalista Amigos da Terra e o jornal Le Monde Diplomatique, publicou o resultado de uma pesquisa que revela que o Brasil utiliza pesticidas com substâncias consideradas altamente tóxicas e que são proibidas na União Europeia. E este cenário pode piorar ainda mais com a aprovação de um Projeto de Lei que que flexibiliza o controle e a aprovação de agrotóxicos em território brasileiro. Apresentado em 2002, o projeto é alvo de críticas de ambientalistas, que apelidaram o texto de "PL do Veneno". A discussão se arrasta há 20 anos no Congresso e a bancada ruralista defende que as mudanças irão "modernizar" e dar "mais transparência" na aprovação das substâncias.

Com 327 votos a favor, 71 contrários e uma abstenção, os deputados aprovaram o projeto que segue para análise do Senado. Atualmente, o processo de registro dos agrotóxicos é feito por três órgãos: a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Desde 2016, dois mil agrotóxicos foram liberados no Brasil, sendo 1.517 apenas no governo de Jair Bolsonaro. Segundo a pesquisadora e docente do Instituto de Ciência Biológicas da Universidade Federal de Goiás (ICB-UFG), Daniela de Melo e Silva, alguns dos maiores problemas da aprovação da nova legislação está na mudança dos rótulos desses produtos, que passam a não fornecer informações importantes, e também a alteração do nome de agrotóxico para pesticida. "Essa PL tenta minimizar os impactos que esses produtos, que são tóxicos, podem causar na saúde humana e no meio ambiente", relata a estudiosa sobre a temática.

O descaso do governo de Jair Bolsonaro com o meio ambiente está custando a imagem do País aos olhos do mundo. Em setembro do ano passado, o presidente participou da cúpula da Organização das Nações Unidas (ONU), quando citou dados incoerentes com a realidade, como por exemplo a afirmação de que o Brasil utiliza 8% do seu território para produção sustentável de alimentos. Contudo, segundo ambientalistas a agricultura brasileira está longe de ser considerada sustentável, uma vez que o País quebra recordes de uso de pesticidas e fertilizantes, sendo considerado o terceiro com maior uso absoluto de agrotóxicos no mundo. Este ponto é abordado pela pesquisadora do ICB, que relata a existência de "venenos" que são originados do contrabando de produtos ilegais, promovendo economia para o produtor, além da venda indiscriminada sem o receituário de profissionais habilitados. "Uma das minhas maiores preocupações é com a saúde do trabalhador rural. Eles sabem do risco que correm ao manusearem esses pesticidas, tanto que eles os chamam de veneno, porém não utilizam nenhum tipo de equipamento de proteção, não possuem treinamento para uso com menor risco e outros cuidados importantes", explica Daniela.

Impactos

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) afirma que os agrotóxicos causam 70 mil intoxicações agudas e crônicas por ano e que evoluem para óbito, em países em desenvolvimento. Outros mais de 7 milhões de casos de doenças agudas e crônicas não fatais também são registrados. Além disso, é sabível que os agrotóxicos são fatores de risco para o desenvolvimento de diversos tipos de cânceres, tanto para quem consome quanto para quem manipula os produtos. Um estudo que vem sendo desenvolvido no Hospital de Câncer Araújo Jorge pela docente do ICB descobriu que os pesticidas estão ligados diretamente aos cânceres de cabeça e pescoço, hematológicos (linfomas e leucemia), estômago e intestino. "Desde 2019 estou realizando essa pesquisa e até o momento já identificamos 4 mil pacientes que são trabalhadores rurais e manipulavam agrotóxicos. São pessoas jovens, de até 50 anos, e com cânceres em estágio avançado. O principal agravo para o surgimento de câncer são os agrotóxicos e, sobretudo, o efeito sinérgico deles, ou seja a mistura de diversos tipos de produtos tóxicos", revela Daniela.

O que muda com a aprovação do Projeto de Lei 6 299/2002

Agrotóxicos passam a ser chamados de pesticidas	A troca de nomes tira a carga de alerta que é importante para toda a cadeia que utiliza ou tem contato com esses produtos químicos.
Aprovação unilateral	Se as mudanças na lei forem sancionadas, o MAPA poderá liberar um produto no mercado sem o consentimento das outras áreas. Para renovação de uso, ainda, o Ibama e o Ministério da Saúde seriam apenas "consultados".
Sem cancelamento de registros	A legislação atual permite que entidades representantes de trabalhadores, partidos políticos e outras associações regionais questionem o uso de produtos. Com a nova lei, os pedidos ficarão nas mãos de organizações internacionais.
Registros temporários	Abre brecha para que os compostos circulem por meses sem antes passarem por uma análise técnica aprofundada.
Livre exportação	Pela nova lei, se um agrotóxico for produzido só para exportação — sem a intenção de venda no Brasil — ele não precisa ser registrado por aqui.

EDUCAÇÃO NO BRASIL ATRAVESSA TEMPOS SOMBRIOS COM CRISE NO MEC

ATUAL CORROSÃO INSTITUCIONAL COLOCA EM RISCO A POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA

Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil, Edição: Raphael Dourado

Saída de Milton Ribeiro, quarto ministro da Educação a deixar o cargo, e a exclusão de dados do Censo Escolar evidenciam desgaste da pasta

Vinicius Braga

O Ministério da Educação (MEC) atravessa uma de suas piores crises dos últimos anos. A saída de Milton Ribeiro, quarto ministro da Educação do governo Jair Bolsonaro a deixar o cargo, a exclusão de dados do Censo Escolar feita pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), a indecisão sobre o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), além das limitações orçamentárias. Tudo isso evidencia a corrosão institucional no governo atual e coloca em risco a política educacional brasileira.

Recentemente, os brasileiros acompanharam um episódio constrangedor envolvendo o MEC, no qual o então ministro Milton Ribeiro tentava facilitar a ação de lobistas pastores. O caso veio à tona no dia 18 de março, quando o jornal Estado de S. Paulo denunciou a existência de um gabinete paralelo com poder de apontar quais prefeituras receberiam recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). No comando desse gabinete, estariam os pastores Gilmar Santos e Arilton Moura.

No dia 21 de março, a Folha de S. Paulo divulgou áudio em que Milton Ribeiro afirmava que priorizava as indicações feitas pelo pastor Gilmar porque esse era "um pedido especial que o presidente da República fez". Dias depois, Bolsonaro defendeu publicamente o seu ministro, dizendo que colocaria a "cara no fogo" por ele, apontando o fato como uma "covardia".

Diante desses fatos, a ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), autorizou a abertura de inquérito pedido pelo Ministério Público Federal (MPF) para apurar o envolvimento de Milton Ribeiro com os pastores. Não restou outra alternativa: ele pediu demissão do cargo, uma semana após as denúncias de corrupção.

Em seguida, ele confirmou em depoimento prestado à Polícia Federal que o presidente Bolsonaro pediu que ele recebesse um pastor suspeito de atuar no balcão de negócios instalado na pasta para liberar verbas. O ex-ministro, entretanto, disse que não houve tratamento privilegiado aos pastores.

No seu lugar, assumiu Victor Godoy Veiga, que ocupava até então o cargo de secretário-executivo da pasta, o segundo na hierarquia. Ele é o quinto a assumir o cargo no atual governo. Considerado o braço direito de Ribeiro, ele deve conduzir o MEC seguindo o caminho do ex-ministro.

Agora, o desafio está em instalar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar as denúncias de corrupção na pasta. O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) espera alcançar 27 assinaturas no Senado para abrir a "CPI do MEC". Até o fechamento desta edição, ele não havia atingido o número necessário, mas afirmou que continuará em busca de novas assinaturas para pleitear a instalação.

"São tempos difíceis! Estas constantes polêmicas no MEC são muito graves e, sem dúvidas, afetam o sistema de Educação nacional. É apenas mais um capítulo do perigoso período de desmonte que temos vivido. Mesmo sendo uma mulher otimista, não tenho boas expectativas em relação aos novos desdobramentos na pasta. É uma situação lamentável!". Assim avalia a professora Miriam Fábia, da Faculdade de Educação (FE) da Universidade Federal de Goiás (UFG).

Apagão dos dados

Como se não bastassem esse escândalo de corrupção, outro fato ligado à pasta que tem repercutido negativamente é ao "apagão" de importantes dados ligados à Educação no Brasil. Sob a justificativa de atender à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), o Inep, autarquia do MEC, mudou radicalmente a forma de divulgar os dados detalhados do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e do Censo Escolar 2021.

No caso do Enem, o Inep ocultou a variável escola da base de microdados, o que impede a separação dos estudantes entre as unidades de ensino. Desta forma, análises mais aprofundadas sobre as desigualdades do sistema educacional tornaram-se inviáveis. Em relação ao Censo Escolar, o Inep impediu o acesso a dados que detalham as características de cada aluno, escola, professor e turma do país.

A medida gerou revolta em entidades ligadas à educação e à pesquisa. Em nota, pelo menos 33 instituições questionam os fundamentos legais para apagar toda a série histórica de dados, destacando que a decisão é prejudicial às avaliações educacionais e à formulação de políticas públicas, sobretudo em tempos de pandemia, em que houve uma piora significativa do acesso à educação.

"Desde 2019, temos percebido um desmonte instituído dentro do MEC, que afetava brutalmente as políticas nacionais. De lá para cá, as coisas pioraram. O Inep é responsável por produzir dados que nos permitem não só avaliar as políticas em curso, mas também projetar. Não fazemos um plano sem projeção. Ao impossibilitar o acesso a esses dados, deixamos de pensar políticas positivas para a Educação", defende Miriam Fábia.

Diante de tantas medidas que afrontam o sistema de Educação nacional, a docente pontua que a avaliação do atual governo é a pior possível. "Temos um governo empenhado em destruir tudo foi construído ao longo destes anos e que não atua para minimizar as desigualdades. Costumo dizer que ele usou a tática de terra arrasada, mas não plantou nada". Ela conclui suscitando uma importante questão: "Qual a herança deste governo senão o desmonte?"

UFG E SEDI FIRMAM CONVÊNIO PARA AMPLIAR A EXPORTAÇÃO DE EMPRESAS DE PEQUENO E MÉDIO PORTE EM GOIÁS

PROGRAMA INOVA EXPORT CONTA COM O CONHECIMENTO DA UFG E SERÁ COORDENADO PELA FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS EM PARCERIA COM O GOVERNO DO ESTADO

Foto: Erik Ely

Diretora da FACE/UFG e coordenadora do programa Inova Export, Andrea de Lucena fala sobre a capacitação de pequenos negócios para o mercado exterior

Luciana Porto

O Estado de Goiás viveu um "boom" de abertura de novas empresas em 2021. Impulsionados pela crise no mercado de trabalho em função da pandemia de Covid-19, de janeiro a setembro do ano passado, 25.924 CNPJs foram abertos, o maior índice dos últimos 60 anos, de acordo com a Junta Comercial do Estado de Goiás (Juceg). Com isso, as empresas ativas no Estado já somam 913.801, incluindo os microempreededores individuais. Os municípios que mais atraíram investimentos foram Goiânia (283 mil empresas), Aparecida de Goiânia (64 mil), Anápolis (52 mil) e Rio Verde (27 mil). Apesar disso, o mercado internacional apresenta um grande desafio para as empresas brasileiras, sobretudo para os pequenos negócios. Dados do Sebrae revelam que das 22 mil empresas que exportam no Brasil, 41% são pequenos negócios, mas eles representam apenas 0,5% do valor total exportado.

Pensando nisso, um convênio entre a Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Inovação (Sedi) e a Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas da Universidade Federal de Goiás (Face/UFG) deve qualificar os empreendedores por meio de incubação, permitindo que as empresas adequem seus serviços ou produtos ao mercado externo. O programa Inova Export foi lançado no dia 16 de março e será desenvolvido em nove fases, que já estão em andamento desde janeiro deste ano. No lançamento do edital, 73 empresas tiveram a inscrição homologada e receberam capacitação de forma on-line. "O governo do Estado identificou a necessidade de promover a exportação de pequenas empresas, e nós fomos responsáveis pelo desenvolvimento do projeto. A ideia é selecionar empresas que tenham alto potencial de internacionalização dos seus produtos", explica a diretora da FACE e coordenadora do Inova Export, Andréa Freire de Lucena.

Andrea explica que a primeira etapa funcionou como uma sensibilização das empresas para o assunto, com a realização de eventos presencias em alguns municípios, materiais de divulgação e visitas às empresas com o objetivo de incentivar os pequenos empreendedores a se inscreverem no edital. Agora, a próxima etapa consiste numa capacitação dos selecionados da primeira fase. "Estamos elaborando uma matriz de inteligência comercial, em que as empresas poderão vislumbrar os principais mercados para onde poderão exportar. A nossa metodologia para capacitação desses empreendedores é a de jogos (gameficação), isto é, a gente impõe desafios e eles precisam cumprir as metas estipuladas. O foco é auxiliar na formação das startups", pontua a diretora da FACE.

Após essa etapa, 20 empresas serão contempladas com a incubação por meio da FACE. Andrea esclarece que, no entanto, a incubação ocorre dentro da própria empresa e os técnicos da universidade vão até os empreendedores. "A partir disso, vamos trabalhar todos os aspectos da empresa durante 15 meses. Desde a parte estratégica, passando pelos recursos humanos, vendas e custos, financeiro, marketing, até o comércio exterior. No final desse processo, essas empresas vão realizar a sua primeira exportação e o governo de Goiás vai levá-las para uma missão fora do País."

Know-How

Este não é o primeiro projeto da Universidade Federal de Goiás (UFG) voltado para o crescimento e expansão do empreendedorismo. Desde 2004, por exemplo, a instituição mantem o Centro de Empreendedorismo e Incubação (CEI), que tem como objetivo estimular a inovação, além de fomentar o Parque Tecnológico do Estado de Goiás. Ao todo, 30 empresas já graduaram com o apoio da iniciativa.

Para o secretário de Estado de Desenvolvimento e Inovação do Estado de Goiás (Sedi), Marcio Cesar Pereira, o programa Inova Export estimula os empreendedores a buscarem possibilidades. Segundo o titular da pasta, trata-se não só de oferecer produto para o mercado internacional, mas de entender como adaptá-lo para atender à demanda. "A parceria entre a Sedi e a UFG se consolida em uma tríplice hélice da inovação quando apoia o setor empresarial neste processo de exportação. A UFG entra com a capacitação para que as pequenas e médias empresas possam, de fato, encontrar a cultura no mercado externo e explorar este mercado. A Sedi viabiliza isso por meio de financiamento e da concepção e execução do programa Inova Export", disse.

O GOLPE DO PIX E A REDOBRADA ATENÇÃO QUE SE DEVE TER NA HORA DE SE REALIZAR TRANSAÇÕES FINANCEIRAS NA INTERNET

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística divulgou pesquisa em que aponta que 82,7% dos domicílios brasileiros têm acesso à internet (dados que remontam ao ano de 2019) e o Banco Central do Brasil aponta que, até o dia 31 de março de 2022, já se registrava o cadastro de 423.880.335 chaves Pix. Destas, 406 milhões são de Pessoas Físicas e 17,69 milhões de Pessoas Jurídicas.

Como se infere nos dados acima, o nível de acesso à internet tem ascendido e atingido um patamar bastante relevante ao ponto que os golpes que usualmente eram mais noticiados nos grandes centros comerciais das cidades passaram por novas roupagens e, agora, são praticados diariamente no ambiente virtual, situação que atinge um alcance ainda maior com o advento da pandemia e o aumento relevante dos seus usuários.

O presente texto tem como objetivo narrar e alertar para três variações de golpes praticados contra quem acessa e faz transações bancárias de maneira online, sendo que os referidos golpes podem ser evitados com atenção aos detalhes e a desconfiança das narrativas e dados que são exibidos.

O primeiro dos golpes é aquele praticado por estelionatário que entra em contato com o cliente de determinada instituição financeira alertando que o consumidor está sendo vítima de um golpe e pede para que ele ligue com urgência para central de atendimento da instituição financeira, momento em que o falsário permanece na linha e ele mesmo faz o atendimento. O golpista indica que a vítima deve adotar uma série de procedimentos, dentre os quais passo a passo a induz a entrar na área de transferência e efetuar o ato via Pix para conta de criminosos. Essa é uma variação do golpe que ficou conhecido como o golpe do motoboy.

O segundo, realizado também por criminoso que entra em contato com a vítima, geralmente por aplicativo de mensagem instantânea (WhatsApp, Telegram ou outro), simulando ser alguém de sua confiança (familiar, amigo, prestador de serviço ou profissional de sua confiança), utilizando de número de telefone diferente do que usualmente a pessoa está habituada, mas geralmente com foto e se identificando como a pessoa que a vítima conhece. Feito o contato, o estelionatário pede que valores sejam depositados, alegando alguma necessidade e urgência, de forma que a pessoa faz a transferência para conta que nada guarda de relação com o nome da pessoa ou empresa que o golpista está se passando, sendo que a vítima só depois descobre que se tratava de um golpe.

Elias Menta

Jean Carlos Batista Moura

O terceiro é aquele que ocorre quando o consumidor navegando pela internet e vendo preços bastante descontados entra em site mantido por criminoso e, enquanto acha que está adquirindo determinado produto mais barato de uma empresa confiável, acaba na verdade realizando o pagamento via Pix ao criminoso vez que é direcionado pelo código QRcode.

Nos três casos narrados, o consumidor deve adotar a medida de segurança consistente na atenção aos detalhes e desconfiança de qualquer dado que traga dúvidas ou não faça sentido. Desta forma, é possível evitar os golpes. Exemplificando: No primeiro deles, é possível perceber, pelo caminho indicado pelo falso atendente, que o consumidor é levado a entrar na área de transferência, digitar inclusive valores a serem transferidos e, por último, induzido a digitar sua senha, aliás ato que sempre pressupõe a confirmação de uma transação relevante; No segundo, o usuário, no caso de desconhecer o número do contato que lhe procurou, deve redobrar a atenção e nunca efetuar qualquer transação com destinação a contas de terceiros que não se conhece; Já no terceiro, a orientação é sempre desconfiar de descontos e ofertas que parecem boas demais, o usuário deve lembrar que os golpes se aproveitam da necessidade e urgência da falsa situação criada.

Além disso, é sempre bom conferir ao entrar no site o seu endereçamento e detalhes como, por exemplo, a existência de histórico caso já tenha utilizado o site para compras. Lembrando que, se o usuário for direcionado a pagar valores para contas de terceiros estranhos ao site, a atenção deve ser redobrada por se tratar de provável golpe.

Por fim, caso o golpe tenha acontecido, é recomendável que imediatamente se procure a instituição financeira de onde o recurso saiu e se requeira a abertura do procedimento para devolução de transações realizadas via Pix, que desde junho de 2021 é regulamentado pela Resolução nº 103 do Banco Central do Brasil. Frisa-se que o procedimento deve ser realizado em até no máximo 90 dias da data em que foi realizada a transação, sendo importante fazer a contestação junto ao banco o mais rápido possível a fim de que haja o bloqueio imediato dos valores na conta de recebimento.

Importante, ainda, registrar os fatos ocorridos para autoridade policial para que a mesma apure a prática delituosa e, em caso de negativa da devolução dos valores pela instituição financeira, é também recomendável a procura de advogado(a) de confiança da vítima para análise das circunstâncias do golpe e eventuais outros caminhos a serem percorridos a depender da análise do caso concreto.

Elias Menta, advogado da Assessoria Jurídica do Adufg-Sindicato

Jean Carlos Batista Moura, especialista em Direito Cibernético

INFORME JURÍDICO

RECÁLCULO DAS FÉRIAS AOS QUE RECEBEM ABONO DE PERMANÊNCIA

A Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em Brasília, no último dia 22 de março de 2022, decidiu por manter a condenação anterior para que as universidades goianas realizassem o recálculo das férias dos professores e professoras que recebem o abono de permanência. No julgamento, decidiu-se que o abono de permanência tem caráter permanente e salarial, devendo, portanto, ser considerado como parte da remuneração dos professores e professoras para todos os fins, de forma que devem englobar os terços de férias, o que as universidades goianas não fazem.

A decisão reafirma a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que já havia decidido desta mesma forma. Assim, para o advogado Igor Escher, da Assessoria Jurídica do Adufg-Sindicato, a decisão se mostra acertada, pois dá o correto entendimento sobre o direito constitucional do abono de permanência, que integra, para todos os fins, a remuneração dos professores e professoras que o recebem.

O advogado ressalta, ainda, que a decisão corrige uma conduta equivocada das universidades, que entendem o abono de permanência como verba salarial quando há a cobrança da contribuição previdenciária e imposto de renda, mas no momento do pagamento das férias, entende a rubrica como verba indenizatória, de forma que não repercutiria no cálculo. Da decisão ainda cabe recurso ao STJ e ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Posse para professora substituta

A Universidade Federal de Goiás (UFG) foi condenada a dar posse a professora substituta aprovada em primeiro lugar no processo seletivo. A instituição tinha negado sua posse em razão de a mesma ter exercido cargo de professora substituta em instituto federal há menos de 24 meses, com base em equivocado entendimento do art. 9º, inciso III, da Lei nº 8.745/1993.

O enunciado normativo, contudo, veda a recontratação do professor substituto e da professora substituta na mesma instituição e mesma lotação final, de forma que se mostra perfeitamente compatível com o ordenamento jurídico brasileiro a contratação de um professor e uma professora para o cargo de professor substituto vindo há menos de 24 meses de outra instituição federal de ensino superior ou até mesmo dentro da mesma instituição, desde que seja lotado em outra unidade acadêmica.

O magistrado da 8ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária de Goiás entendeu que a interpretação dada pela UFG afronta o enunciado normativo, visto que extrapola a vedação legal de recontratação para o mesmo cargo e função, sendo, no caso posto sub judice, a contratação por uma instituição de ensino diversa da qual se prestou serviços anteriormente, não há como impor a vedação.

Para o advogado Igor Escher, a conduta da UFG é incompatível com o princípio da legalidade, visto que a lei veda a recontratação dos professores substitutos e professoras substitutas para o mesmo cargo e mesma função ocupados há menos de 24 meses, ou seja, na mesma instituição e unidade, não podendo, portanto, a UFG estabelecer essa vedação por não existir tal comando legal. A decisão ainda será reanalisada pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em Brasília.

ESPAÇO SAÚDE PASSA A CONTAR COM FISIOTERAPIA UROGINECOLÓGICA

Foto: Clarice Alves

O Espaço Saúde do Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Goiás (Adufg-Sindicato) passou a contar com atendimento em fisioterapia uroginecológica. A modalidade é indicada para o tratamento e prevenção de disfunções do assoalho pélvico, abrangendo as áreas da ginecologia, urologia, coloproctologia e sexualidade. O atendimento é realizado às segundas e quartas-feiras, das 8 às 11 horas, e às terças e quintas-feiras, das 14 às 17 horas. Os interessados devem entrar em contato com o setor de planos assistenciais do sindicato, onde será liberado o voucher para realização das sessões.

Responsável pelo atendimento, a fisioterapeuta Patrícia Leite explica que a técnica contribui com a saúde e a qualidade de vida de mulheres e homens. "Muitas pessoas que sofrem com disfunções do assoalho pélvico se isolam, temendo que algo aconteça em ambiente público. Isso interfere nas suas relações interpessoais e provoca até sintomas depressivos. A fisioterapia uroginecológica surge como uma forma de evitar esses problemas", afirma.

Entre os problemas tratados pelo serviço, estão: a incontinência urinária (perda involuntária de urina), prolapsos útero vaginais, incontinência fecal (perda involuntária de fezes) e disfunções sexuais (vaginismo, dispareunia e outros). Nos homens, a fisioterapia pode contribuir para o tratamento de patologias que envolvem a próstata e nas complicações da prostatectomia (cirurgia de retirada da próstata).

PROFESSORES FILIADOS APROVAM ALTERAÇÕES NO ESTATUTO DO ADUFG-SINDICATO

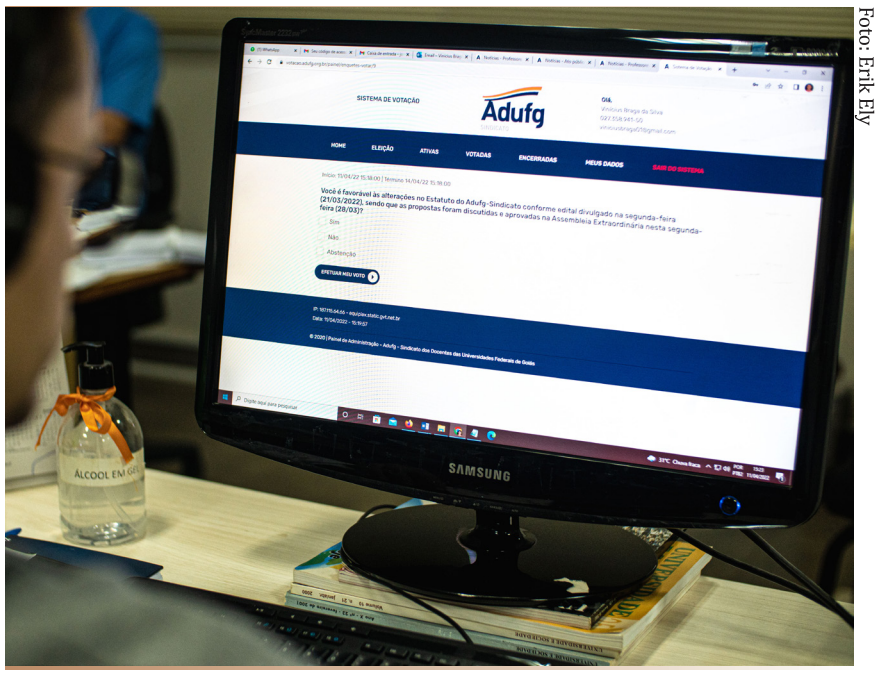

Foto: Erik Ely

As alterações no estatuto do Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Goiás (Adufg-Sindicato) foram aprovadas pelos professores. De acordo com o resultado da votação eletrônica, foram 537 votos favoráveis (86,75%), 30 votos contrários (4,84%) e 52 abstenções (8,40%).

Conforme consta no atual estatuto, para mudanças neste sentido, é preciso a participação de 20% dos sindicalizados, ou seja 507 votos. O edital de convocação para mudança do estatuto foi divulgado em 21 de março. As propostas foram discutidas e aprovadas na Assembleia Extraordinária no dia 28 de março. A íntegra do resultado está disponível no site do Adufg-Sindicato: www.adufg.org.br.

ATO PÚBLICO REÚNE MOVIMENTO SINDICAL CONTRA OS ATAQUES DO GOVERNO BOLSONARO AOS SERVIDORES PÚBLICOS E À POPULAÇÃO

O Adufg-Sindicato marcou presença no Dia Nacional de Mobilização, organizado pelo Fórum Goiano em Defesa dos Direitos, da Democracia e Soberania, no dia 9 de abril. O principal objetivo foi protestar contra os ataques do governo Bolsonaro à população. Em Goiânia, a concentração foi na Praça dos Trabalhadores. Também houve protesto em Jataí, onde a entidade possui subsede.

Os manifestantes também se posicionaram em defesa da reposição emergencial de 19,99% a todos os servidores públicos. Afinal, já são cinco anos sem reajuste e o governo Bolsonaro-Guedes segue sem aceitar negociar com os servidores.

Além disso, os professores das universidades federais já têm perdas inflacionárias de mais de 40%. Em discurso aos participantes do evento, o presidente do Adufg-Sindicato, Flávio Alves da Silva, alertou para o rastro de destruição que este governo está deixando na história do País. "Bolsonaro ataca a população de todas as formas possíveis. A educação como um todo sofre com a falta de investimento e corrupção. As universidades federais não têm orçamento para custear o básico. Bolsonaro não tem respeito nem pela educação, nem pelos servidores e muito menos pela população", criticou.

Imagem: Erik Ely

“AS MINHAS BRINCADEIRAS NA INFÂNCIA SEMPRE ERAM DE SER PROFESSORA”

DOCENTE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG) HÁ 30 ANOS, ANA PAULA JUNQUEIRA KIPNIS SEMPRE TEVE EM MENTE O QUE QUERIA PARA SUA VIDA. OBSTINADA, NADA FOI POR ACASO

Luciana Porto

“O que eu faço com as mãos?”, questionou Ana Paula Junqueira Kipnis antes de começar a gravação. Ansiosa pela reportagem que contaria (pelo menos um pouco) a sua Trajetória, a docente do Instituto de Patologia Tropical e Saúde Pública da Universidade Federal de Goiás (IPTSP/UFG) acreditou fidedigna que a sua história não seria tão interessante quanto a de outros personagens que já ilustraram essas páginas. Mas, Ana Paula (se assim me permitir chamá-la), essa modéstia não combina em nada com tantos episódios incríveis da sua vida que você compartilhou com o Jornal do Professor e que, agora, ganhará o respeito e afeto dos nossos leitores.

Natural de Ribeirão Preto, em São Paulo. Filha e neta mais velha de uma família diferente, caracterizou Ana Paula. O ofício de ensinar foi herdado da avó, que lecionava em fazendas para turmas do 1º ao 4º ano em uma única sala de aula. “Desde pequena, em casa, as brincadeiras eram de ser professora. Eu dava aula para os meus irmãos e primos mais novos, sempre fazia o reforço escolar quando alguém estava com dificuldade. Eu tenho a memória de entrar dentro de um quarto que a minha avó tinha na casa dela e que havia um monte de tarefinhas e materiais que ela preparava no mimeógrafo para levar para os alunos. A nossa brincadeira era entrar nesse quarto e perguntar a minha avó se ela poderia dar essas tarefinhas pra gente brincar”, recorda.

Aos 10 anos, a pequena Ana veio para Goiânia por causa da transferência de trabalho do pai. “Nós fomos morar no Setor Sul e eu lembro como se fosse hoje que a senhora da casa ao lado veio com um prato de pão de queijo nos dar as boas-vindas. Estávamos inseguros, assustados com uma cidade tão diferente de São Paulo, e foi uma alegria essa receptividade. Começamos a pensar que talvez esse lugar tão diferente fosse ser muito bom.” Ana Paula foi matriculada numa escola localizada atrás da sua casa. Dessa época, a sua melhor lembrança era quando na hora do recreio a sua mãe levava um copo de liquidificador com vitamina e distribuía entre os filhos e as outras crianças pelo portão de grade. “Os meus amigos ficavam esperando no portão da escola a minha mãe chegar com o lanche”, se diverte a docente.

Foto: Erik Ely

Com a pequena Mila no colo, Ana Paula abriu as portas da sua casa e do coração

Nada por acaso

Veterinária formada pela Universidade Federal de Goiás, a atual professora titular da instituição onde se graduou conta que a escolha da profissão foi definida pelo coração. “Eu sou apaixonada por animais. Desde criança, eu sempre gostei muito de ir para a fazenda cuidar dos bichos com o meu pai. A minha mãe reclamava que, ao invés de eu estar com ela ajudando nas tarefas de casa, eu estava no meio da sujeira com o meu pai.” À época do vestibular, Ana Paula revela que se inscreveu para três cursos diferentes: odontologia, medicina e veterinária. “O resultado do vestibular saía no rádio, o locutor lia os nomes de cada um, curso a curso. E no dia meu pai estava no trabalho e quando estava voltando para casa ligou na estação. Começou a lista da medicina, passou o nome de todo mundo, menos o meu. Depois veio odontologia, e nada do meu nome. E ele ficou muito chateado porque pensou que eu não havia sido aprovada. Aí veio a lista com os nomes das pessoas que passaram para veterinária, e lá estava o meu. De repente, eu comecei ouvir as buzinas na rua, era ele chegando em casa e gritando “você passou, você passou”.

Quando estava finalizando a graduação, Ana Paula recebeu o convite para um estágio em São Paulo na área de patologia clínica. Contudo, não havia condições financeiras para se mudar para a capital paulista e continuar os estudos. Só que, assim como Ana sempre contou com o apoio incondicional da sua família, ela também esbarrou em outras pessoas que compraram o seu sonho e ajudaram-na alcançar os seus objetivos. “Eu fui uma das primeiras alunas da UFG a receber a bolsa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e, na época, o meu orientador entrou em contato com algumas pessoas lá em São Paulo e conseguiu com que eu recebesse moradia na casa do estudante e alimentação pelo restaurante universitário.”

“Eu preciso de respostas e eu só vou conseguir respostas se eu for para a área da pesquisa”, assim surgiu a necessidade de descobrir coisas novas. Logo depois de formada, Ana Paula começou a trabalhar no Instituto Butantan, onde deixou como legado o teste de Elisa, uma pesquisa que utiliza cavalos vacinados com o vírus da raiva para desenvolvimento de anticorpos contra a doença. “Eu me encontrei na imunologia, esse sempre foi o meu destino. Eu me sinto bem ao usar o meu conhecimento para um dia conseguir melhorar a qualidade de vida das pessoas”. Depois de concluídos mestrado e doutorado na área pela Universidade de São Paulo, foi chegada a hora do pós-doutorado. Colorado State University, nos Estados Unidos, foi o destino. Bolsista do National Institutes of Health (NIH), a pesquisadora conta que não pensou duas vezes para apanhar as duas filhas ainda pequenas e se mudar para outro País.

Trinta anos. Esse é o tempo que Ana Paula Junqueira Kipnis é servidora da UFG. Em março de 1992, a docente passou a realizar suas atividades no IPTSP, onde até hoje lidera pesquisas importantes, como uma que busca novas alternativas a tratamentos convencionais para a tuberculose ou mico bacterioses a partir do veneno de escorpião e abelhas. “Eu adoro trabalhar com a imunologia aplicada, sobretudo no desenvolvimento de vacinas. Estamos estudando agora uma vacina para a tuberculose e usando tecnologias novas, começando do zero”, explica.

Dos prazeres da vida

Viajar. Conhecer lugares novos, culturas diferentes, comidas típicas, povos de outras nacionalidades. Esse é o hobby de Ana Paula e do companheiro e também professor do IPTSP/UFG, André Kipnis. Juntos, eles já conheceram os cinco continentes. Há algum tempo, a professora mantem um mapa mundi em casa onde marca todos os países em que esteve.

No canal do Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Goiás (Adufg-Sindicato), no Youtube, é possível conferir a íntegra da reportagem com a professora Ana Paula Kipnis.